



PARECER PRÉVIO Nº 128/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11063/2019.

Apenso: Processos nºs 15543/2018 e 14834/2020.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Iranduba.

4- Exercício: 2018.

5- Responsável: Sr. Francisco Gomes da Silva - Prefeito Municipal de Iranduba.

6- Advogado: Amarildo Pereira da Silva – OAB/AM 9812 Hamilton Vasconcelos Gadelha - OAB/AM 8368.

7- Unidade Técnica: DICETI E DICAMI

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2555/2023-MPC-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Iranduba. Exercício de 2018.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das contas sobre responsabilidade do **Sr. Francisco Gomes da Silva**, prefeito e ordenador de despesas, da Prefeitura Municipal de Iranduba, exercício de 2018, nos termos do art. 31, parágrafos 1º e 2º da CF/88, c/c o art. 127 da CE/89, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91 e art. 1º, inciso I e art. 29 da Lei nº 2.432/96, e art. 3º da Resolução TCE nº 09/87;

11- Ata: 29ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 22 de Agosto de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de



PARECER PRÉVIO Nº 128/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em substituição

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro Relator

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro

ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Conselheiro-Convocado

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral



ACÓRDÃO Nº 128/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 128/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 11063/2019.

Apenso: Processos nºs 15543/2018 e 14834/2020.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Iranduba.

4- Exercício: 2018.

5- Responsável: Sr. Francisco Gomes da Silva - Prefeito Municipal de Iranduba

6- Advogado: Amarildo Pereira da Silva – OAB/AM 9812 e Hamilton Vasconcelos Gadelha - OAB/AM 8368.

7- Unidade Técnica: DICETI e DICAMI

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2555/2023-MPC-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Iranduba. Exercício de 2018.

Determinação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Determinar o encaminhamento, após a publicação, do Parecer Prévio, acompanhado deste Voto e de cópia integral destes autos à respectiva Câmara Municipal, para que, nos termos do art. 127, §§ 5º, 6º e 7º da Constituição do Estado do Amazonas, proceda ao julgamento das contas do Prefeito Municipal no prazo de 60 (sessenta) dias após a respectiva publicação no Diário Oficial do Estado ou o equivalente, estando a Câmara Municipal em recesso, até o sexagésimo dia do início da sessão legislativa seguinte; Decorrido esse prazo, sem deliberação pela Câmara Municipal, que as contas juntamente com o parecer do Tribunal sejam incluídas na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que ultime a votação; O parecer prévio, somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal;

10.2. Determinar a Secretaria Geral de Controle Externo-SECEX que



ACÓRDÃO Nº 128/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 128/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

proceda com a autuação de processo dos achados de auditoria referentes a contas de gestão sujeitas ao poder sancionador do Tribunal de Contas, conforme competência prevista no art. 71, VIII, IX, X e XI e parágrafo primeiro da Constituição Federal de 1988, na forma sugerida pelas Diretorias Especializadas (Laudo Técnico nº 14/2023-DICETI, fls. 3999-4003; Relatório Conclusivo nº. 289/2022-DICAMI, fls. 3909-3989; e Relatório Conclusivo nº 317/2019-DICOP, fls. 3784-3810);

10.3. Dar ciência ao Sr. Francisco Gomes da Silva e aos demais interessados;

10.4. Arquivar o presente processo após o cumprimento de decisão, nos termos regimentais.

11- Ata: 29ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 22 de Agosto de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente, em substituição

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO

Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

Procuradora-Geral